

Susana Lmares Gomes (r).
 Susana Maria Bispo Flores (h).
 Susana Maria Ferreira Borges (i).
 Susana Maria Matias de Oliveira (p).
 Susana Maria Monteiro Cicio (i).
 Susana Maria Ribeiro de Campos (j).
 Susana Maria da Silva Branquinho Ribeiro (h).
 Susana Maria Veiga Milhães (h).
 Susana Marlene Rocha dos Santos (j).
 Susana Paula Ajuda Camacho (j) (h).
 Susana Paula Carneiro Soares da Costa (h).
 Susana Rafael Cardoso Morais (l).
 Susana Raquel Lopes de Carvalho (p).
 Susana Raquel Ribeiro Leite Nogueira Pereira (l).
 Susana Sofia da Costa Nunes (j).
 Susana Vera Fontes Pinto Batalha (h).
 Tânia Alexandra Correia dos Santos Reis (j).
 Tânia Carina da Silva Mendes (j).
 Tânia Cristina Ribeiro Teixeira (j).
 Tânia Gisela Prezado Moura Ribeiro (j).
 Tânia Isabel Loureiro Lopes (r).
 Tânia Isabel Rodrigues Guerreiro (j).
 Tânia Márcia da Cruz Alegria Porém Machado (j).
 Tânia Micaela Correia de Figueiredo (j).
 Tânia Milène Ferreira Afonso (j).
 Tânia Palma Lopes Martins (j).
 Tânia Patrícia da Costa Guedes (j).
 Tânia Rubina Fernandes (p).
 Tânia Rute Lavim (l).
 Tânia Sofia Amoroso Mendes (i).
 Tânia Sofia Casaleiro do Carmo (j).
 Tânia Sofia Correia da Costa (j).
 Tânia Sofia Rodrigues Teixeira (h).
 Tânia Sofia Simão Patrão (j).
 Telma Alexandra Pereira João (j).
 Telma Cristina da Silva Rodrigues Costa (j).
 Telma Liliana Mota Nogueira (d).
 Telma Margarida Pimentel Silva (j).
 Telma Sofia de Jesus Rio (j).
 Telmo Rodrigo Correia Ferreira (j).
 Teófilo Ângelo Dias de Sousa (j).
 Teresa Cristina Fernandes Ferreira (d)(j).
 Teresa Isabel da Silva Bernardino (h).
 Teresa de Jesus Pinto Cabano (j).
 Teresa Margarida Dias Pedro (j).
 Teresa Maria Ruel Martins (j).
 Teresa Maria da Silva Barradas (j).
 Teresa Raquel Pedro Correia (j).
 Tiago André Dinis Forte (j).
 Tiago André Tinoco Varanda Pereira (h).
 Tiago Filipe Batista Menino (j).
 Tiago José Pinto dos Santos (j).
 Tiago Manuel Galego Gago (j).
 Tiago Manuel Rodrigues Coelho (j).
 Tiago Miguel Baia Marques Rosa (j).
 Tiago Miguel Vital dos Santos (j).
 Tiago Prates da Rosa Lopes Jerónimo (j).
 Tito Ferreira de Moreira Figueiredo (j).
 Tomás Matias Ribeiro Corrêa (j).
 Tony Artur Carpinteiro Neri (j).
 Túlio Fernando Mamede Alberto (j).
 Ulisses da Conceição Fernandes Carvalho (j).
 Valter Clemente Raimundo (j).
 Valter Nuno Dias Mendes (j).
 Vanda Carina Alferes Fialho (j).
 Vanda Chainho Valente (h).
 Vanda Manuela Guerreiro Nogueira Aires Relvas Lopes Manso (h).
 Vanda Marisa Duarte Jerónimo (j).
 Vanda Rute Oliveira Nascimento (d).
 Vanessa Cardoso Bexiga (l).
 Vanessa Cristina Portela Rodrigues (j).
 Vanessa Filipa Lopes Correia Sant'Agueda (j).
 Vanessa Isabel Necho Silva (j).
 Vanessa Rute Vilas Boas Gonçalves (j).
 Vanessa Susana Palma Lopes de Oliveira (j).
 Vanessa Vinagre Nascimento (k).
 Vânia Cláudia Vicente Abreu Lousada (j).
 Vasco Manuel Santos Silva (j).
 Vasco Miguel Aldinhas Mestrinho (j).
 Vera Alexandra Mendes Soares (d).
 Vera Alexandra Silva Duarte Marques Leandro (j).
 Vera Alexandra Valente Rodrigues (j).
 Vera Lúcia Picamilho Fernandes (j).
 Vera Lúcia Tavares Pinto (j).

Vera Patrícia Sousa Matos (j).
 Vera de Sá e Seixas (p).
 Victor Manuel Manta Tavares (j).
 Victor Manuel Perpétuo Salgado (j).
 Victor Manuel de Sousa Gomes (h).
 Vitor Bruno da Costa Pereira (j).
 Vitor Hugo Delgado Neves Leal (j).
 Vitor Hugo Pimparel Gonçalves (p).
 Vitor Hugo Segurado Dias (j).
 Vitor Hugo da Silva Pereira (j).
 Vitor José Mesquita de Jesus (j).
 Vitor Manuel da Costa Pinto (j).
 Vitor Miguel Simão Pitarma (j).
 Vitor Miguel Soutinho de Carvalho (j).
 Vitória Josefa Pamplona de Oliveira Ribeiro de Meireles (j).
 Vitória Maria Prata Arsénio (h).
 Zita Raquel Oliveira Xavier de Medeiros (d)(j).
 Zulmira Maria Antunes Neves (j).

(a) Não juntou os documentos solicitados no n.º 10.2 do aviso de abertura do concurso.

(b) Não formalizou a candidatura a concurso, de acordo com o n.º 10.1 do aviso de abertura do concurso.

(c) Não comprovou que possui a nacionalidade portuguesa ou equiparável para o desempenho de funções públicas.

(d) Requerimento entregue fora do prazo estipulado no aviso de abertura do concurso.

(f) Documentos solicitados no n.º 10.2 do aviso de abertura do concurso, entregues fora do prazo estipulado.

(g) Data de validade do bilhete de identidade expirada (bilhete de identidade caducado).

(h) Não reúne o requisito previsto quanto à idade. Requisito exigido na alínea c) do n.º 5 do aviso de abertura do concurso.

(i) Não possui carta de condução de veículos ligeiros. Requisito exigido na alínea g) do n.º 5 do aviso de abertura do concurso.

(j) Não possui licenciatura ou grau académico equivalente num dos domínios indicados na alínea b) do n.º 5 do aviso de abertura do concurso.

(k) Não juntou certificado autêntico ou fotocópia simples do certificado de habilitações literárias exigidas, de acordo com o estipulado na alínea a) do n.º 10.2 do aviso de abertura do concurso.

(l) Não juntou fotocópia simples da carta de condução de veículos ligeiros, de acordo com o estipulado na alínea b) do n.º 10.2 do aviso de abertura do concurso.

(m) Não juntou fotocópia simples do bilhete de identidade, de acordo com o estipulado na alínea c) do n.º 10.2 do aviso de abertura do concurso.

(n) Não apresentou declaração emitida pelo respectivo ramo das Forças Armadas, comprovando o tempo de serviço militar efectivamente prestado em RC/RV, discriminado por anos, meses e dias [artigo 53.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro].

(p) Não comprovou possuir licenciatura ou grau académico equivalente num dos domínios indicados na alínea b) do n.º 5 do aviso de abertura do concurso.

(q) Não apresentou certificado de equivalência à licenciatura, conferido por instituição competente portuguesa.

(r) Não assinou o requerimento de candidatura.

2 — Nos termos do disposto no n.º 2, alínea b), do artigo 34.º e no n.º 2 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, ficam os candidatos admitidos notificados de que a prova escrita de conhecimentos específicos, referida no n.º 7 do aviso de abertura do concurso, terá lugar no dia 31 de Março de 2007.

3 — Para a prova escrita de conhecimentos específicos, é permitida a consulta da legislação enunciada no n.º 11.1 e constante do anexo II do aviso de abertura do concurso (incluindo os códigos referenciados no aviso).

4 — Mais se informa os candidatos que os locais, bem como a hora para a realização da prova, serão divulgados através de aviso a publicar em data oportuna no *Diário da República* e na página oficial da Internet da Polícia Judiciária (www.pj.pt).

10 de Janeiro de 2007. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos Baptista*.

Aviso (extracto) n.º 1102/2007

Nos termos do n.º 1, alínea b), do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e confirmado o cabimento orçamental pela 5.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, nos termos do n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, de 18 de Maio de 2002, faz-se público que a lista de classificação final do concurso interno de ingresso

para provimento de 10 lugares de especialista-adjunto estagiário da área de criminalística, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 229, de 3 de Outubro de 2003, homologada por despacho de 9 de Janeiro de 2007 do director nacional da Polícia Judiciária, está afixada, a partir da data da publicação do presente aviso, no Departamento de Recursos Humanos da Polícia Judiciária, sito no Largo de Andaluz, 17, em Lisboa.

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 43.º, conjugado com a alínea b) do artigo 44.º, ambos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, da homologação cabe recurso hierárquico necessário para o Ministro da Justiça, a interpor no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso.

10 de Janeiro de 2007. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos Baptista*.

Gabinete para as Relações Internacionais, Europeias e de Cooperação

Despacho (extracto) n.º 1114/2007

Por despacho de 24 de Novembro de 2006 do director do Gabinete para as Relações Internacionais, Europeias e de Cooperação, foi à licenciada Rosa Maria Alves Martinho Rocha, procuradora-adjunta, dada por finda, a seu pedido, a comissão de serviços que vinha exercendo como coordenadora deste Gabinete, com efeitos a 31 de Dezembro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Janeiro de 2007. — O Director-Adjunto, *Filipe Batista*.

Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça

Deliberação n.º 105/2007

Ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e no despacho n.º 15 395/2005, do Secretário de Estado da Justiça, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 135, de 15 de Julho de 2005, o conselho directivo deste Instituto delibera delegar e subdelegar na directora do Departamento Administrativo e Financeiro, Dr.ª Susana Cristina Nunes Matias, a competência para a prática dos seguintes actos:

1 — Da gestão orçamental e autorização de despesas:

1.1 — Autorizar despesas com empreitadas de obras públicas, locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de € 5000;

1.2 — Aprovar a escolha prévia do procedimento, com excepção dos casos referidos no número seguinte, até ao limite de € 200 000;

1.3 — Aprovar a escolha prévia do tipo de procedimento, nos casos do n.º 2 do artigo 79.º e do n.º 1 do artigo 205.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, até ao limite de € 50 000;

1.4 — Praticar todos os actos subsequentes à autorização de despesas;

1.5 — Autorizar deslocações em serviço, qualquer que seja o meio de transporte, bem como o processamento dos correspondentes abonos;

1.6 — Autorizar o processamento de despesas cujas facturas, por motivo justificado, dêem entrada nos serviços para além do prazo regulamentar.

2 — Todas as competências em matéria de gestão de recursos humanos relativas ao pessoal do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, em regime de contrato de trabalho, com excepção do exercício do poder disciplinar.

3 — Pela presente deliberação ficam ratificados todos os actos praticados pela directora do Departamento Administrativo e Financeiro no âmbito das competências ora delegadas desde 20 de Dezembro de 2006.

3 de Janeiro de 2007. — O Conselho Directivo: (*Assinaturas ilegíveis*.)

Despacho n.º 1115/2007

Ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo e no despacho n.º 17 174/2005 (2.ª série), do presidente do conselho directivo do ITIJ, de 12 de Junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 153, de 10 de Agosto de 2005, subdelego na directora do Departamento Administrativo e Financeiro, Dr.ª Susana Cristina Nunes Matias, a competência para a prática dos seguintes actos:

1 — Da gestão de recursos humanos relativamente ao pessoal do ITIJ abrangido pelo estatuto da função pública:

1.1 — Autorizar o exercício de funções a tempo parcial e a prestação de trabalho extraordinário e em dias de descanso semanal, de descanso

complementar e em feriados, observados que sejam os respectivos condicionalismos legais;

1.2 — Justificar ou injustificar faltas, conceder licenças por período superior a 30 dias, com excepção da licença sem vencimento por um ano e licença sem vencimento de longa duração;

1.3 — Autorizar o gozo e a acumulação de férias e aprovar o respectivo plano anual;

1.4 — Autorizar o abono de vencimento de exercício perdido por motivo de doença, bem como o exercício de funções em situação que dê lugar à reversão do vencimento de exercício e o respectivo processamento;

1.5 — Autorizar a atribuição dos abonos e regalias a que os funcionários ou agentes tenham direito, nos termos da lei;

1.6 — Autorizar a inscrição e participação de funcionários em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que decorram em território nacional;

1.7 — Qualificar como acidentes em serviço os sofridos pelos funcionários do ITIJ, bem como autorizar as despesas deles resultantes;

1.8 — Praticar todos os actos relativos à aposentação dos funcionários e agentes, salvo no caso de aposentação compulsiva, e, em geral, todos os actos respeitantes ao regime de segurança social da função pública, incluindo os referentes a acidentes em serviço.

2 — Pelo presente despacho ficam ratificados todos os actos praticados pela directora do Departamento Administrativo e Financeiro no âmbito das competências ora subdelegadas desde 20 de Dezembro de 2006.

3 de Janeiro de 2007. — O Vogal do Conselho Directivo, *Hugo Taxa*.

Despacho (extracto) n.º 1116/2007

Por deliberações do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Norte de 15 de Dezembro de 2006 e do presidente do conselho directivo do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça de 22 de Dezembro de 2006, foi autorizada, com efeitos a 1 de Janeiro de 2007, a transferência de João Paulo Amaral de Atayde e Melo, técnico de informática de grau 1, nível 2, do quadro da Maternidade de Júlio Dinis para idêntica categoria no quadro do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, em lugar a criar automaticamente e a extinguir quando vagar, nos termos previstos no artigo 4.º e na alínea b) do n.º 8 do artigo 6.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro.

8 de Janeiro de 2007. — O Vogal do Conselho Directivo, *Hugo Taxa*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Aviso n.º 1103/2007

Por despacho do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte de 12 de Dezembro de 2006, foi autorizada a reclassificação profissional do técnico de 2.ª classe do quadro privativo da ex-Comissão de Coordenação da Região do Norte, gabinetes de apoio técnico, Rui Abílio Gonçalves, na categoria de técnico superior de 2.ª classe do quadro privativo da ex-Comissão de Coordenação da Região do Norte. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Dezembro de 2006. — A Chefe da Divisão de Organização e Recursos Humanos, *Paula Freitas*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Direcção-Geral do Turismo

Aviso n.º 1104/2007

Por despacho do Secretário de Estado do Turismo de 7 de Dezembro de 2006, foi atribuída a utilidade turística a título definitivo ao empreendimento de animação Campo de Golfe Alamos II, a levar a efeito na Herdade do Morgado do Reguengo, concelho e distrito